



PROJETO DE LEI N.º 1.478, DE 2019

(Do Sr. Simplício Araújo)

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1992, dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para obrigar o fornecedor de crédito a informar, caso recusado o crédito, as razões da recusa constantes em cadastros públicos e em seus próprios cadastros internos. (PL ACESSO CADASTRO INTERNO)

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-5805/2009.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

2

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1992 (Código de

Defesa do Consumidor), passa a vigorar acrescido o seguinte § 4º:

Art. 52^o

.....

"§ 4º Caso a outorga de crédito ou a concessão de financiamento seja

negada ao consumidor, o fornecedor do serviço deverá informar se a

razão da recusa se deu por restrição em cadastro externo, interno ou

ambos, bem como a respectiva justificativa." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo dessa proposta é tornar obrigatória a informação do motivo

de negação de crédito pelos bancos.

Atualmente, as entidades financeiras negam empréstimos e operações

de crédito a pessoas físicas e jurídicas sem obrigatoriamente informar o motivo da

recusa.

Isso não se refere apenas ao que está nas bases de dados públicas do

comércio, mas principalmente ao famoso "cadastro interno" que cada banco tem e

impede o cidadão de ter acesso a serviços, segregando a população em grupos, os

que podem e os que não podem, mas sem saber os motivos.

Nesse sentido, a obrigatoriedade do fornecimento ao consumidor de

dados sobre a negativa de crédito combateria este abuso que é cometido

diariamente pelas instituições financeiras.

Diante do exposto, rogo o apoio dos nobres pares para a aprovação da

presente proposta.

Sala das Sessões, em 14 de março de 2019.

Dep. Simplício Araújo

Solidariedade/MA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

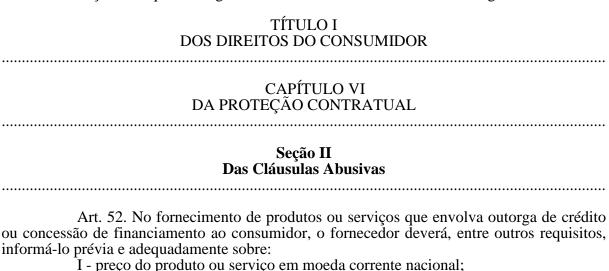
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:



- II montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;
- III acréscimos legalmente previstos;
- IV número e periodicidade das prestações;
- V soma total a pagar, com e sem financiamento.
- § 1º As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação. (Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.298, de 1/8/1996)
- § 2º É assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.
 - § 3° (VETADO).
- Art. 53. Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, bem como nas alienações fiduciárias em garantia, consideram-se nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.
- § 1º (VETADO). § 2º Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas, na forma deste artigo, terá descontada, além da vantagem econômica auferida com a fruição, os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo.
- § 3º Os contratos de que trata o caput deste artigo serão expressos em moeda corrente nacional.

FIM DO DOCUMENTO